

Associativismo em contexto migratório *Associativism in the context of migration*

Maria Beatriz Rocha –Trindade*

Resumo Este artigo propõe uma reflexão sobre o associativismo no espaço alargado do fenómeno migratório em Portugal, configurado pela intersecção de fluxos emigratórios e imigratórios e de mobilidades internas. Num primeiro momento é oferecida uma visão diacrónica e panorâmica dos movimentos migratórios que têm vindo, ao longo dos tempos, a configurar Portugal como um país de migrações. Num segundo momento, e tendo por base o itinerário migratório como matriz de análise, são exploradas as dinâmicas associativas dos migrantes, sendo apresentada uma tipologia das associações, quanto à sua estrutura e vocações. Num terceiro momento, a análise recai sobre a dimensão simbólica e ritualizada da vida associativa migrante, com especial destaque para a organização e realização de festas, celebrações e práticas rituais como elementos fundamentais de mobilização e de fortalecimento das relações intra e intergrupais, bem como a afirmação pública de pertença. Por último, são consideradas novas dimensões de estudo e de análise das migrações internacionais e inter-regionais na actualidade.

Palavras-chave associativismo, itinerário migratório, migrações internacionais, migrações inter-regionais, festas, celebrações e rituais.

Abstract This article provides an analysis of associativism as a feature of the wider migratory phenomenon in Portugal, characterised by the intersection of emigration and immigration flows and internal mobility. Firstly, a diachronic and panoramic vision is offered of migratory movements that have, over time, defined Portugal as a country of migration. Secondly, and based on the migration itinerary as the paradigm of analysis, the associative dynamics of migrants are explored, and a typology of associations is presented, in relation to their structure and vocations. Thirdly, the analysis addresses the symbolic and ritualised dimension of migrant associativism, with special emphasis on the organisation of and holding of parties, celebrations and ritual practices. These events are seen as fundamental elements of mobilisation and of the strengthening of intra- and inter-personal relations, as well as representing a public affirmation of belonging. Finally, new dimensions of the study and analysis of international and inter-regional migration in today's world are considered.

Keywords associativism, migration itinerary, international migration, inter-regional migration, parties, celebrations and rituals.

* Fundadora e Investigadora do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI), Universidade Aberta / Founder and Researcher at the Centre for the Study of Migration and Intercultural Relations (CEMRI), Universidade Aberta (rochatrindade@hotmail.com)

■ Associativismo em contexto migratório

Maria Beatriz Rocha –Trindade

Migrações em Portugal: permanências e diversidades

A História de Portugal tem sido acompanhada pela permanência de uma significativa mobilidade humana, expressa por um continuado movimento de pessoas que não só saem e entram do país, como se deslocam dentro dele. Só uma análise conjuntural destes múltiplos e tão diversos movimentos, que possa incidir sobre as condições em que os mesmos se processaram e continuam a processar e que naturalmente terá que ter em conta, em cada tempo, a articulação dos motivos que lhes estão subjacentes, os espaços de onde têm lugar as partidas e aqueles em que são recebidas as chegadas, poderá possibilitar uma visão abrangente desse tão importante e complexo fenómeno social e fazer compreender a estrutura do nosso próprio país. Portugal poderá assim, fundamentadamente, ser classificado como um país de migrações.

A análise diacrónica que contempla a geografia da mobilidade interna mostra como as zonas correspondentes ao interior, tanto no continente como em cada um dos dois arquipélagos que o integram, têm progressivamente vindo a esvaziar-se. Vai-se assim dando origem ao avolumar de posteriores fixações, na sua maioria com carácter definitivo, na metade oeste do território continental, estendendo-se pela faixa que contorna o sul deste e tendo os espaços urbanos, em todo o território, exercido uma significativa atracção por parte dos que os procuram, com proveniência de zonas rurais.

Neste âmbito, o conhecimento dos movimentos migratórios internos tem estado limitado pelo reduzido número de fontes estatísticas disponíveis que a eles dizem respeito, dado o espaçamento da sua publicação. Deverá por isso ser tomado em consideração o facto de que os registos exaustivos serem escassos e apenas existirem, para quem procura estudá-los de forma mais intensa, os dados fornecidos por algumas fontes alternativas locais, que não se caracterizam pela abrangência dos registos que contêm mas pela escassez da disponibilidade de dados oferecidos à consulta pública.

No que toca à emigração e se se percorrer um itinerário temporal muitas têm sido as configurações assumidas pelos movimentos de saída do país e quer se trate de empreendimentos nacionais que conduziram as armadas portuguesas à descoberta de novos mundos, quer se refiram os movimentos de saída que integraram o desenvolvimento de políticas de povoamento ou de colonização, quer se tenha fugido a desastres naturais ou pela incompatibilidade de carácter político com o poder instituído, as situações de natureza económica e que integram todos aqueles que saíram tão só para trabalhar sobrepõem-se, pelo número dos que a representam, a todas as outras causas anteriormente enunciadas. Melhores condições de vida e maior bem-estar são, de uma ou de outra forma, procuradas no estrangeiro, podendo concluir-se que o país de origem não foi capaz de proporcionar aos seus nacionais o que justamente por eles tinha sido desejado.

Os que continuamente foram obrigados a sair, na esperança de poder concretizar os projectos que alimentaram, qualquer que tenha sido o exacto motivo que conduziu a tal tomada de decisão, fizeram-no a partir de todo um conjunto diversificado de origens geográficas. No entanto, necessário se torna não esquecer que o evoluir dos tempos e a alteração de situações marcam determinadas zonas como espaços prioritários e evidenciam pontualmente as razões de saída e o encaminhamento dos percursos tomados. A consideração de uma visão panorâmica do fenómeno a nível nacional e internacional posiciona, em valor relativo, as principais *zonas dadoras* de população emigrante, relacionando-as com cada um dos destinos procurados, definindo estes últimos como *zonas receptoras*.

A presença portuguesa no estrangeiro tem conduzido, entre outras razões, a uma diversidade de movimentos de entrada de alienígenas no território nacional e são, como é natural, muito diferentes os grupos que aqui passaram a residir, como o são as características próprias de cada um deles. Tenha-se em atenção a sua origem, o seu número, o itinerário que percorreram, o transporte que tomaram, a forma compulsiva ou voluntária como partiram e como chegaram, as actividades profissionais que exerciam e a natureza das tarefas que passaram a desempenhar, os também muito diversos estatutos que lhes foram sendo atribuídos.

O conhecimento da presença de africanos de origem subsariana em Portugal a partir da última metade do século XV é ainda incompleto, uma vez que os autores que a têm vindo a estudar dirigiram os respectivos enfoques de abordagem sobre diferentes aspectos, descurando outros que aos mesmos se encontram associados e que seria também interessante conhecer; encontram-se no entanto disponíveis muito valiosos trabalhos de credenciados historiadores que possibilitam ter em conta a sua existência e compreender a importância social que mantiveram (Tinhorão, 1988; Lahon, 1999).

Na última fase do século XVII os estrangeiros residentes em Portugal incluíam alguns naturais dos países que tradicionalmente o vinham procurando por razões de natureza comercial, nomeadamente italianos e outros cidadãos de origem europeia, provenientes de países que mantiveram com ele continuadas relações de natureza económica. Seguiu-se-lhe, no período oitocentista e, muito em especial, ao longo do século XIX, a assinalável presença de espanhóis, nomeadamente a de galegos, cuja presença dos descendentes se tem mantido até aos nossos dias.¹ Os ingleses, fixados principalmente no norte do país, na região duriense e no Porto, implementaram a formalização de Tratados Comerciais entre os dois países - Portugal e Inglaterra - ao abrigo dos quais foram realizadas actividades ligadas aos sectores primário e industrial, que deram lugar à intensificação de vultuosas trocas dessa natureza (Durães, 2009: 169-175). É da mesma forma de assinalar, a presença que mantém muitos dos seus descendentes. O mesmo acontece na Região Autónoma da Madeira.

A descolonização por parte da Grã-Bretanha de países situados em todo o continente africano, nos anos cinquenta e sessenta, e que vieram a adquirir o estatuto de independência, provocou a deslocação de muitos dos súbditos que neles residiam, tendo o Algarve constituído um espaço atractivo para a fixação de um grupo significativo de

peçoas, que aí passaram a residir. A persistente manutenção da língua materna e a forma particular que caracteriza o seu modo de relacionamento social não os deixa perder a imagem que caracteriza a sua postura e respectiva inserção na sociedade envolvente.²

Em tempos recentes e estabelecendo como limiar o ano de 1976, os fluxos migratórios de cariz económico, ultrapassada a situação do retorno de nacionais em proveniência das anteriores colónias portuguesas em África, avolumaram de modo visível o número de residentes estrangeiros em Portugal.

Se adicionarmos a estes, também os de origem africana, característicos do final dos anos 60 e dos anos 70³ que foram chegando a partir do decénio subsequente e tinham como origem o Brasil, poder-se-ia dizer que o movimento imigratório de então tinha assumido um carácter marcadamente histórico, baseado numa imaginada proximidade cultural, que essencialmente assentava no conhecimento recíproco da mesma língua, o Português (Rocha-Trindade, 2004).

Desde aí, os fluxos migratórios que se vêm dirigindo ao país passaram a diversificar-se, provindo tanto de outros continentes, como de muitas outras regiões e de muitas outras terras e cada um deles contribuiu para as características da pluralidade que actualmente lhe é própria. Residem hoje em Portugal cerca de 436.020 (4,1% da população residente) originários de mais de uma centena de países e encontram-se cerca de cinco milhões de portugueses em mais de uma centena de países.

Tal facto, constitui uma das características mais relevantes, de entre as que marcam a actual estrutura da organização social da população residente, embora a mobilidade dentro e fora das fronteiras que o configuram – uma e outra, podendo ser tomadas como indicador da insatisfação dos actores migrantes, que ao deslocar-se para procurar melhores condições, tanto dentro do país como fora dele, revelam claramente partilhar um sentimento de insatisfação e a procura de realizar projectos, cuja imobilidade tornaria inviável a respectiva execução.

O itinerário migratório⁴

Assumindo que o percurso migratório (ou itinerário migratório) integra um conjunto de passos, acções ou situações, dados ou experimentados por um indivíduo migrante, com relevância para o processo em que se encontra envolvido, este conceito tem uma natureza sequencial cronológica, mais do que propriamente espacial, e encontra interesse e aplicação tanto em situações de migração nacional como internacional.

No início do processo situa-se, regra geral, a *intenção de partir*, para a qual conflui um conjunto de dados, tais como a informação recebida sobre os locais de destino, a insatisfação com a situação presente, a formulação de expectativas de futuro, o balanço de alternativas para uma tomada definitiva da decisão que vier a ser tomada. A esta, seguem-se os *preparativos da partida*, em que a intenção se começa a concretizar e inclui todo o conjunto de passos que têm que vir a ser dados para a sua completa

concretização: obtenção de documentos (se necessários) e completamento das diversas providências a serem tomadas, que respeitam ao emprego, aos compromissos eventualmente assumidos, às obrigações de natureza familiar, entre muitas outras. A fase subsequente, que deverá ser tida em consideração é a *viagem*, considerada simbolicamente como a ponte que permite a ligação entre os dois espaços que balizam a origem e o destino e que tem sido uma das etapas do percurso que mais modificações tem sofrido ao longo dos tempos em que as deslocações se têm processado, pelas simplificações progressivamente introduzidas nas novas modalidades de as realizar.

Ao chegar, a fase de *instalação* reveste em regra um carácter transitório, embora de duração muito variável. Cada migrante passa a ser confrontado com uma multiplicidade de novas situações e só a capacidade individual de ultrapassar as dificuldades que necessariamente se lhe deparam e as condições que se lhe oferecem para fazê-lo, poderão condicionar o maior ou menor esforço com que poderá ser capaz de as diluir ou mesmo de as vir a superar. Das decisões de natureza prática e dos conflitos emocionais que necessariamente nela têm lugar, resultam os caminhos que irão ser tomados pelos migrantes nas longas e difíceis travessias que integram este período e da forma como for vivido depende a etapa que se lhe segue.

A *fixação*, com carácter permanente, eventualmente consagrada pela opção de uma instalação definitiva, que não exclui uma eventual naturalização, não constitui a única opção que pode vir a ser tomada.

O imaginado *regresso* à origem, que a ter lugar iria fechar o ciclo migratório, poderá não chegar a efectivar-se de forma definitiva, podendo este, no entanto, assumir muitas outras formas que se traduzem por regressos regulares, ou pontuais, ou mesmo por uma partilha de instalação por tempo quase equivalente nos dois espaços a que a vivência e o decorrer do tempo ligou cada um dos actores migrantes. Deve referir-se, por exemplo, o movimento pendular de «vai e vem» entre a terra de origem e a de residência, onde passaram a residir. No entanto, esta forma de regresso pontual não pode deixar de ser considerada como tal e vem sendo cada vez mais assumida por muitos dos que adoptam essa condição. As opções que se venham a tomar estão condicionadas pelos novos laços de identificação que se foram adquirindo, construindo e reconstruindo no viver quotidiano e por ligações emocionais que surgem dentro e fora da família, muitas delas assentes em justificações de carácter marcadamente funcional.

Do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade

Nestas duas últimas etapas do processo acima descrito nascem formas de luta contra o isolamento e ao longo de todo o itinerário emigratório ressalta o aparecimento de estratégias, por parte de quem o percorre, traduzidas pela procura de espaços de solidariedade, onde se espera vir a encontrar situações de proximidade que ofereçam condições para quem queira conviver. Desta forma, é sempre bem vindo encontrar uma ocasião para que a troca de impressões aconteça, em que se possam produzir afirmações ou sejam assumidas recusas, podendo fazê-lo, sem o receio antecipado

de se deparar com faltas de compreensão recíproca, sem vir a confrontar-se com o rígido mutismo decorrente da incompreensão, ou se veja face a situações de rejeição e de ostracismo.

Por parte de quem encontra ou consegue construir uma relação social continuada, que tenha por base as condições referidas em epígrafe procura, ainda que de forma inconsciente, encontrar relações de intercomunicação de natureza paritária, com quem tenha por referência valores idênticos, que na maioria partilha os mesmos credos, laicos ou religiosos.

Para o observador atento, tanto o reforço de laços entre os migrantes portugueses que saíram das suas terras de origem para outras dentro do próprio país (migrantes internos) ou para o estrangeiro (emigrantes internacionais), como para os estrangeiros que vindo para Portugal nele se fixaram (imigrantes), manifesta-se em tempos ou espaços privilegiados, como que uma verdadeira presença dos ausentes.⁵

O migrante fora da terra, numa que não é a sua, procura combater o isolamento com que se depara e o desgaste emocional causado pela vida no novo ambiente social em que passa a estar inserido, onde naturalmente ocorrem dificuldades de adaptação, através da procura de oportunidades de encontro e de convívio com conterrâneos ou com compatriotas.

Este propósito é mais difícil quando a comunidade residente esteja dispersa em termos de zona de habitação ou quando se não encontre com frequência as companhias desejadas, que não raramente vão aparecer nos espaços em que se exerce a actividade profissional.

Mesmo no caso da dispersão de residências que pode ocorrer numa grande cidade, quando não exista zona ou bairro com significativa concentração de gente com quem se identifique, é em geral possível localizar espaços específicos onde os encontros de acaso sejam mais prováveis, tais como em igrejas, mercados ou ainda bares, cafés, eventos desportivos e outros locais de lazer. A repetição de encontros, de carácter individual ou familiar, pode alargar-se a grupos de pessoas com quem a ligação se estabeleça por qualquer tipo de afinidade e conduzir a formas mais organizadas de associação informal, traduzida por um maior grau de regularidade temporal, que progressivamente poderá vir a ganhar um carácter estável.

Para comunidades de nacionais que se desloquem dentro do seu próprio país ou para grupos imigrados já com certa duração de permanência em terra estrangeira é frequente que essas formas de relacionamento organizado venham a assumir as características de um associativismo instituído, dando lugar à criação de estruturas permanentes, devidamente registadas em âmbito público, dotadas de estatutos, de direcção, de programas de actuação e de um rol de associados permanentes.

Associações e associativismo

Foi este, frequentemente, o mecanismo de estabelecimento do associativismo de migrantes, internos ou internacionais, traduzido pela existência muito significativa das correspondentes estruturas, espalhadas pelo país (muito em especial na capital ou, em muito menor número, nalgumas cidades de reconhecida importância) e também disseminadas por todo o mundo em que se encontram portugueses.

No início do século XX produziu-se no interior do país um poderoso movimento de êxodo rural e foram muitos os que procuraram aceder aos espaços urbanos, muito em especial às duas cidades de Lisboa e Porto, onde se ia procurar novas oportunidades. Resultantes dessas concentrações populacionais, que marcaram muitos dos seus bairros e lhes conferiram características próprias surgem, por um lado, formas de convívio informal, por outro, possibilitam o fácil recrutamento de sócios para as nascentes casas regionais, que foram sendo fundadas por notáveis locais, com idêntica origem, também residentes nessas cidades.

Assim, foi a partir da dimensão da região administrativa de então que muitas associações foram fundadas. Primeiro a de Trás-os-Montes e Alto Douro, do Alentejo, do Minho e das Beiras, posteriormente a do Ribatejo e do Algarve. A delimitação e abrangência de cada uma delas coincidiam com a designação de «província» então utilizada (Rocha-Trindade, 1994).

Em Portugal, também os imigrantes que aqui residem partilham idêntico comportamento, tendo vindo a criar instituições associativas que têm por base idênticos propósitos e desenvolvem actividades comparáveis, no âmbito dos espaços onde se inserem. De dimensão variável consoante os tempos e os lugares da sua implantação, constituem em diversos casos poderosas organizações, com um número de associados muito significativo e uma grande diversidade de terrenos de actuação: do ensino à saúde, da formação ao envolvimento na defesa dos direitos de cidadania, dos socorros mútuos ao desporto e à simples fruição do lazer (Albuquerque, Ferreira e Viegas, 2000).

Se a procura de espaços de convívio constitui a base da fundação de associações, a vida social de cada uma delas organiza-se de forma diferente e são muitos os motivos que orientam a vida associativa.

Aos cerca de cinco milhões de portugueses que residem no estrangeiro correspondem 2825 associações. Desagregando os números que constam do Quadro 1, passam a enunciar-se as mais importantes por ordem decrescente: a) Europa – França (1039), Alemanha (282), Suíça (164), Luxemburgo (83), Bélgica (37), Espanha (27), Reino Unido (24), Holanda (19); b) América do Norte – Estados Unidos da América (349), Canadá (217); c) América do Sul – Brasil (255), Venezuela (63), Argentina (27); d) África – África do Sul (81); e) Oceânia – Austrália (60).⁶

Quadro 1 - Associações portuguesas no estrangeiro

Continentes	Associações
África	109
América do Norte	573
América do Sul	350
Ásia	23
Europa	1 707
Oceânia	63
TOTAL	2 825

Fonte: DGACCP, MNE 2010

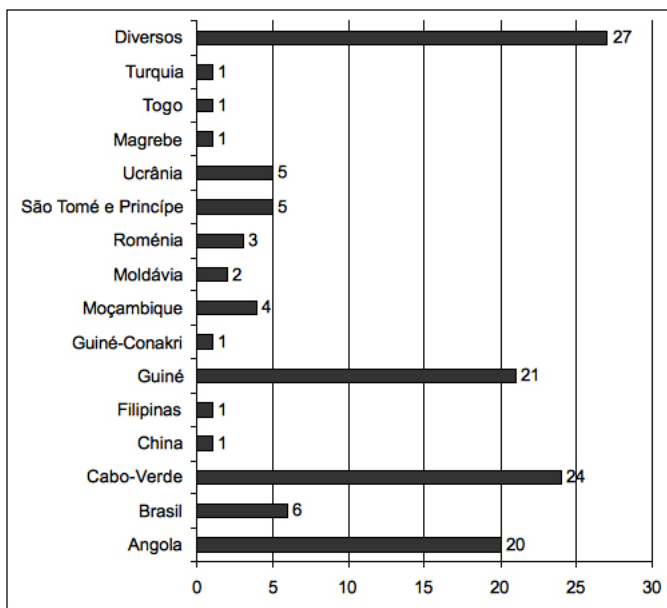
O associativismo imigrante encontra-se em ascensão e existem actualmente em Portugal 124 associações, cuja representatividade foi reconhecida pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ao abrigo da lei n.º 115/99, de 3 de Agosto, e do Decreto-Lei n.º 75/2000, de 9 de Maio).

Quadro 2 - Associações de imigrantes em Portugal (evolução cronológica)

Ano	Âmbito			
	Local	Regional	Nacional	Total
2000/01/02	26	19	10	55
2003	5	3	2	10
2004	10	3	4	17
2005	5	4	3	12
2006	6	2	0	8
2007	9	0	0	9
2008	8	0	2	10
2009	2	1	0	3
TOTAL	71	32	21	124

Fonte: ACIDI, 2010

Figura 1 - Associações de imigrantes em Portugal por comunidade de origem



Fonte: ACIDI, 2010

É difícil estabelecer uma tipologia capaz de integrar de forma sistemática as principais categorias que podem agrupar as associações que partilham idênticas características. Conceptualmente, foi procurado encontrar conjuntos em função das principais actividades que exerce cada uma delas, tendo por base um critério de selecção que as congrega em função dos fins que prosseguem.

A análise da diversidade de associações criadas no contexto migratório permite construir um quadro conceptual que tipifique as suas diferentes estruturas e vocações:

- Instituições orientadas para a promoção e manutenção das ligações afectivas às regiões de origem, cujas características procuravam evocar e manter, pela constituição de acervos de objectos e de marcas simbólicas de *pertença regional* identitária, bem como pela realização de iniciativas diversificadas de idêntico cariz;
- Instituições de *benemerência*, concretizadas por hospitais e outros serviços de saúde e assistência;
- Instituições *culturais*, incluindo bibliotecas e organizações de vocação educacional e de difusão cultural;

- Instituições de vocação *desportiva e recreativa*;
- Instituições de vocação diversificada, abrangendo mais do que uma das características acima apontadas e cuja designação se refere, em geral, a figuras ou factos históricos, destacando marcas culturais que fazem parte da História dos países dos migrantes,⁷ que referem nomes das suas terras de origem ou que evocam acontecimentos capazes de catalisar o interesse de novos associados e de promover a ligação entre eles.

A dinâmica que caracteriza todas as sociedades e que impende sobre a vida dos grupos e das comunidades migrantes que as integram repercute-se, como é natural, nas alterações que vão sofrendo e manifestam no respectivo viver o quotidiano associativo.

As associações de migrantes internacionais têm constituído, desde sempre, um poderoso instrumento de manutenção e de reforço da identidade das comunidades de estrangeiros que se encontram fixadas fora do seu país e constituem veículo apropriado para ultrapassar o isolamento que estes possam experimentar.⁸

Festas e celebrações

As festas assumem um grande relevo na vida social dos migrantes, não podendo por isso deixar de lhes ser prestada a atenção que merecem, tendo em conta que as associações têm uma intervenção decisiva na sua realização. Sob um ponto de vista prático, o espaço que oferecem as respectivas sedes para que as reuniões preparativas possam ter lugar alia-se à regularidade com que os seus sócios as frequentam, pois na grande maioria dos casos muito deles vão assumindo funções necessárias à sua efectivação.

A preparação das festas integra sucessivas etapas: selecção consensual dos elementos que integram as comissões organizadoras, escolha de data que ofereça maior oportunidade de participação, elaboração de programas, obtenção de patrocínios, divulgação alargada através de meios eficazes, que assegurem fazer chegar toda a informação que lhes diz respeito à população-alvo.

Através da dinâmica das comissões organizadoras (que agregam residentes e migrantes) movimentam-se as vontades locais e reforçam-se os laços entre os elementos da comunidade presente e os da comunidade ausente. Ao longo do ano vai estabelecendo-se, através dos preparativos, a teia de ligação inter-comunitária de que resultará a cerimónia final, com lugar geralmente nos meses de Verão. Notícias em boletins paroquiais, folhas locais, jornais regionais e jornais de emigração (uns e outros, órgãos privilegiados de comunicação entre o núcleo geográfico e social originário e os homólogos deslocados) publicitam de forma especial a Festa, apelando à participação colectiva de conterrâneos. Trata-se de uma chamada para a reunião dos elementos de uma mesma «família», que tem abrangências de várias dimensões: transnacional, nacional e regional ou mesmo ao nível da comunidade de familiares e de vizinhos.

A mesma dicotomia estabelecida entre os que residem nas aldeias e vilas e os que, delas, se ausentaram para o estrangeiro é directamente aplicável a situações de migração interna.

Na verdade, a eficácia das telecomunicações e a rapidez das viagens aéreas, mesmo que cruzando oceanos, não coloca temporal ou psicologicamente mais distantes os ausentes no estrangeiro do que os residentes nas grandes cidades do litoral português, oriundos dos meios rurais do interior. Para estes o desenvolvimento das vias de comunicação também tornou mais fáceis e mais rápidas as deslocações. Nessa medida, migrantes internos e migrantes internacionais apresentam entre si, no tocante à sua participação e intervenção em festas nos seus lugares de origem, muito mais pontos de contacto do que de divergência: domina o princípio da reunião periódica de todos os que estão fora, com os que remanesceram.

As festas de migrantes

A festa anual constitui, assim, o pretexto ideal para tal reunião, que faz reviver os locais de origem nos períodos da sua preparação e realização, mantendo permanentemente viva a presença de todos.

A festa, como manifestação social em que os valores espirituais se sobrepõem a qualquer outra razão de ordem material, é aqui tomada como grelha de interpretação de processos interactivos entre os residentes e os migrantes.

Numa primeira aproximação, poderá dizer-se que a riqueza e diversidade do conteúdo simbólico variam na razão inversa do raio de abrangimento e de dimensão humana da festa. Natural é que assim seja: para manifestações de âmbito essencialmente nacional, o denominador comum das várias diversidades será menor que no caso de iniciativas regionais; nesta, menor que para o âmbito local.

Dizendo de outro modo, o número de referentes simbólicos comuns (e, por conseguinte, operacionalmente utilizáveis) diminui forçosamente quando se procuram integrar populações com maior grau de diversidade entre si: o aumento dos números tende a descaracterizar o perfil da personalidade colectiva.

A conformidade e comunidade de interesses tende a conduzir a modos mais ou menos formalizados de associativismo, dando origem, no exterior do país, a associações típicas das comunidades portuguesas; no interior, a associações de cariz regionalista. Em geral, umas e outras integram nas suas actividades uma grande manifestação festiva anual, centrada numa referência própria da terra de origem anterior: padroeira, orago, facto histórico, início ou fim de actividade agrícola.

Estas formas de agregação regional proporcionam o estabelecimento de interações individuais e colectivas com a região e terra natal, em regime bipolar.

Duas grandes ordens de forças organizadas do país - o poder público (ao nível central e autárquico) e a Igreja, com predomínio quase absoluto da católica - promovem ou enquadram as iniciativas particulares que realimentam a ligação entre os portugueses de «fora» e os portugueses de «dentro» entre os da cidade e os das terras de onde provieram. Articulam-se assim, emocionalmente, os interesses de recomposição social dos que nunca partiram, com as expectativas de reinserção e de referenciação cultural dos visitantes.

Esta confluência de interesses não se situa apenas no plano afectivo: para quem está, o acolhimento público dos ausentes bem sucedidos constitui forma de adopção, por empréstimo, desse mesmo sucesso; uma abertura de oportunidades futuras para que se exerça a reciprocidade das gentilezas oferecidas numa esperança possível de benefícios se o reforço dos laços atrair para a família ou para a comunidade alguns dos frutos materiais do estatuto económico do conterrâneo emigrado.

A principal característica distintiva daquilo a que chamámos Festas de Migrantes é a presença de uma nova componente de exteriorização social, para além da religiosa e da puramente lúdica: a vertente política.

Aproveita-se, então, a oportunidade da concentração significativa de pessoas ligadas por interesses específicos, que por vezes passam por decisões do poder central, para «enviar recados» de um para o outro dos interlocutores em presença.

Autoridades do poder central, regional ou local, estarão presentes ou far-se-ão representar, pois a sua ausência poderia ser interpretada como sintoma de alheamento ou de menor consideração perante pessoas vindas expressamente de longe, que poderão até aí movimentar-se em espaços de proeminência económica, social ou política; espera-se dessas autoridades que ouçam o que lhes virá a ser dito ou pedido e que respondam com palavras de informação, de encorajamento ou de esperança.

Os discursantes, sejam eles líderes locais, convidados do exterior ou autoridades religiosas, utilizam os seus espaços de palavra para enaltecer os migrantes e as suas realizações, fora ou dentro do país; não é raro que seja prestada homenagem ao espírito de iniciativa e à coragem que os levaram a partir, bem como ao valor da ligação que mantém ao país natal.

Uma outra das características distintivas das festas de migrantes é a presença, a par de todas as manifestações próprias da cultura local, de uma componente paralela integrando elementos das culturas migradas. Dos espaços de migração vêm músicas ou danças, jogos, comidas, falares, praxes, trajos, que se juntam aos seus correspondentes da tradição local e que, com eles, virão a tomar formas de expressão alternativas ou sincréticas.

Esta importação de elementos de uma cultura exterior não é gratuita, nem totalmente inocente: constitui uma forma subtil de afirmar que, para além de uma pertença comum alicerçada na conterraneidade, existem diferenças que «enriquecem» aqueles que de tal se reclamam. Uma destas manifestações de um legítimo orgulho da posse

de algo novo e diferente é o uso casual, como que distraído, de uma língua estrangeira que se domina, como acontece frequentemente com os migrantes internacionais. Transposto para o caso das migrações internas, aparecem repetidas menções de meios ou de lugares que se frequentam na grande cidade, referências a acontecimentos ou actividades que aí tiveram lugar, partilhados apenas por aqueles que da sua terra estão afastados.

Manifesta-se assim uma dialéctica de pertença/diferença, de proximidade/distanciamento, que torna particularmente interessante o ambiente social das festas de migrantes.

Práticas e rituais

Em muitos casos – e tanto mais quanto maior seja o percurso migratório, no espaço ou no tempo – observa-se alguma subversão na funcionalidade de certos ritos característicos da festa. Assim, por exemplo, a recriação de um trabalho agrícola tradicional não serve já o propósito original de preparar a terra, separar o grão, retirar o sargaço ou limpar as águas: antes, o de emular o ambiente que outrora se vivia na realização de árduos trabalhos colectivos, mas agora sobrevalorizando os aspectos conviviais e de manifestação lúdica que usualmente lhes estavam associados.

Por realista que seja a simulação, faltar-lhe-á a característica de necessidade e de obrigação que tais tarefas antes revestiam; como, inevitavelmente, lhes corresponde uma duração artificialmente reduzida, compatível com os outros acontecimentos do programa estabelecido para a festa. Nem de outro modo poderia ser: com o destreino, perde-se a resistência dos corpos, mesmo que se mantenha a destreza de antigos movimentos; nesses termos, a competição é leal, pois toma em conta que o tempo passou e que os tempos mudaram.

Em contrapartida, trazem «os de fora» outras marcas palpáveis da sua nova vida alhures: carros de matrícula estrangeira [denotando, pela origem comum ou pela sua diversidade, se são especializados ou não os destinos de emigração dos participantes]; veículos comerciais, com dístico e logótipo, para os migrantes internos que montaram negócio na cidade e assim assumem publicamente o sucesso das respectivas actividades profissionais; ainda, uns e outros, pelo uso de trajos ou de adornos com que se marcam, ou se demarcam, nos espaços públicos.

Nas festas portuguesas (e tanto mais quanto mais restrita a sua dimensão espacial e social) reconhece-se quase sempre a presença subjacente de um elemento competitivo: de maneira explícita, nos jogos tradicionais que aí tenham lugar; de maneira ainda mais vincada, em competições aprazadas entre pessoal de lugares vizinhos; ainda, em desafios estabelecidos, ao mais ínfimo pretexto, entre “os da terra” e os forasteiros, degenerando com alguma frequência em verdadeiras batalhas.

Mas não são estas as únicas formas possíveis de competição, como pode observar-se no caso particular das festas de migrantes. Aí, os aspectos antagonicos/competiti-

vos assumem sempre características de afrontamento mais mitigado, que começa já com as iniciativas de organização da festa, entre forças e correntes rivais que para si próprias reclamam: autoridades religiosas opõem-se a tendências laicizantes, tradicionalistas a renovadores, personalidades instituídas a juventudes entusiastas. Dirimida a questão, por cedências mútuas ou por secessão radical, continua a competição no atribuir dos papéis mais salientes da organização: quando a festa ocorrer, distinguem-se por estatuto mais alto os que idealizaram, decidiram e organizaram, em comparação com todos os outros, que simplesmente auferiram do esforço desenvolvido pelos primeiros.

A mesma vertente competitiva aparece em decorações privadas, em refeições oferecidas, em desfiles ou procissões. Têm significado as posições ocupadas, os lugares do pátio, as marcas das confrarias.

Quando o propósito é o de angariação de fundos, como acontece em leilões, em dádivas públicas, ou em cortejos de oferendas, a competição torna-se muito visível pelo seu mais considerável poder económico, são protagonistas aqueles que saíram da terra e agora a visitam, com maior ou menor permanência. A generosidade torna-se quase excessiva, através da emulação entre os dadores; quase se julgaria estar em causa uma avaliação pública do amor de cada um à sua terra e, simultaneamente, da capacidade financeira para prová-lo adequadamente.

Esta necessidade de proclamação pública da ligação e do amor à origem é, sobretudo, característica dos ausentes. Por residirem fora, assumem a necessidade de afirmar a sua pertença integral, a de serem lembrados e respeitados, a de marcarem a importância da sua doação. Nessa medida, tanto a já referida imprensa local como a designada imprensa de emigração desempenham o necessário papel de arautos das contribuições concedidas, publicando listas de dadores e os montantes das suas ofertas.

Por último, se não há competição possível no terreno económico entre a maioria dos residentes e a generalidade dos visitantes, devido à disparidade dos respectivos potenciais, outras formas mais horizontais de confronto pacífico podem ter lugar em domínio puramente lúdico. Cita-se o futebol e os jogos de salão bem como jogos importados de que são exemplo a *pétanque* e o *ouri*.⁹

Esboço de uma tipologia

Em termos de tipologia, as festas de migrantes podem dividir-se em três grandes categorias: aquelas especificamente concebidas e organizadas em nome da condição migrante e como tal anunciadas; as que, tendo uma prévia existência independente daquela condição, aos emigrantes concedem uma parte importante da sua atenção, em jeito de dedicatória; finalmente, as que são estritamente determinadas para promover a reunião temporária de partes de comunidades separadas por migrações internas e que, essas, não assumem por qualquer forma uma situação de real separação, apresentando-se, antes, como um todo coeso.

Nas primeiras contam-se, entre outras, o Festival do Emigrante em Fermentelos, a Tourada do Emigrante no Montijo, a Festa do Emigrante na Calheta e a Peregrinação dos Emigrantes em Fátima. De entre as segundas, mencionam-se a Romaria da Senhora dos Remédios, em Lamego e as Festas do Povo, em Campo Maior, ambas assinalando um dia especial dedicado ao emigrante.

Na última categoria referida integram-se, durante os meses de Julho, Agosto e Setembro, variadíssimas actividades festivas ocasionadas para a reunião de conterrâneos dispersos. Em particular, tomam-se como exemplo as realizadas por comunidades radicadas em Lisboa originárias da designada zona do Pinhal, na Beira Interior: festas regionalistas, tanto na Grande Lisboa, como nas localidades daquela região, onde a deslocação maciça de conterrâneos reanima aldeias e lugares outrossim quase abandonados.

Os piqueniques organizados principalmente no Parque Florestal de Monsanto constituem um pólo catalisador do encontro dos que repartidos pela cidade estão inibidos de se encontrar com frequência e regularidade. Nesses locais juntam-se muitos dos que se tendo mantido nas terras de origem a eles ocorrem, utilizando muitas vezes transportes proporcionados pelas Juntas de Freguesia (Rocha-Trindade, 2009b).

Em síntese alargada das denominadas Festas de Migrantes, poderíamos concluir que, nas suas características genéricas de rotura com a rotina e com o quotidiano, elas se não afastam excessivamente de outros tipos de festas tradicionais: apenas pela presença mais ou menos forte de elementos de culturas «importadas» (da grande cidade ou do estrangeiro, consoante os casos) e, em regra quase geral, pela participação significativa dos não residentes nas correspondentes comissões organizadoras. A par disto, apenas mais um traço distintivo, resultante de uma atitude essencialmente pragmática das forças vivas inspiradoras da iniciativa da festa (sejam elas autárquicas, religiosas ou populares e, mais recentemente, até políticas e partidárias): a escolha da época de Verão para tais celebrações, garantindo a presença do maior número possível dos não residentes e, em particular, dos migrantes internacionais.

A comparação destas festas com as suas homólogas realizadas no estrangeiro, por comunidades portuguesas aí radicadas, evidencia nestas últimas a preocupação inversa de evitar o período de férias de Agosto; e uma tendência para um maior «purismo» na selecção dos elementos culturais que figuram na festa e que tendem a conformar-se estritamente com os estereótipos da cultura portuguesa ou das culturas regionais.

No domínio do simbólico, as festas de migrantes realizadas em Portugal tendem a mostrar de forma explícita as marcas exteriores de uma dupla pertença à terra de natalidade e à terra de adopção: bandeiras, estandartes, trajos, músicas, danças e jogos característicos, marcam esse dualismo, reconhecido e afirmado.

Cada uma das comunidades de imigrantes residentes em Portugal procuram aqui recriar festas que lhes proporcionam os tão desejados momentos de convívio e a asção pública de uma pertença que assim é manifestada.

No que respeita às festas de imigrantes em Portugal, lembre-se antes de tudo que estas procuram reproduzir celebrações próprias dos países de onde vieram, como por exemplo as relativas ao Ano Novo Chinês; a recriação das festas de Carnaval e das Festas Juninas por parte de organizações brasileiras; o Colá S. Jon por iniciativa dos cabo-verdianos (Ribeiro, 2001), que tem várias expressões do ritual que as integra em cada pólo de fixação. A Festa de São Miguel celebrada na Ilha de Santiago / Cabo Verde foi trazida para Cascais, onde é celebrada anualmente. Da mesma forma, a festa religiosa do Senhor do Mundo também se celebra em Portugal.

Conhecer, estudar e divulgar o fenómeno migratório

O conhecimento que se detém sobre o fenómeno migratório, ainda que em muitos casos de forma genérica, não é novo; e mesmo para aqueles que não detiveram sobre ele o seu interesse nem desenvolveram sobre as migrações um estudo específico e mais aprofundado, tal facto diz respeito a uma realidade que desde há tempo vem sendo assinalada em muitos países, por muitas e diversas formas, através de múltiplos meios de comunicação. No entanto, se é um facto que não lhe tem sido prestada a atenção devida, poderá afirmar-se que este fenómeno, que reveste tanto uma faceta transnacional como inter-regional, toca aspectos de carácter central e que não só está presente como interfere em muitos dos sectores da vida das nações.

Em termos práticos constitui uma importantíssima realidade, sobre a qual recaem os olhares de decisores políticos, empresários, programadores e professores em espaços de leccionação/aprendizagem, tanto ao nível do ensino básico e secundário como ao da formação profissional e de responsáveis pelo bem-estar a nível nacional.

A disciplina de Sociologia das Migrações, cuja consagração ainda não pode ser reconhecida a nível universitário, pelo restrito número de cursos que a integram nos respectivos curricula, encontra-se em regra associada a quatro áreas disciplinares: Antropologia, Sociologia, Teologia e Serviço Social.¹⁰

A atenção que nos últimos anos vem recaindo sobre os factos que se relacionam com as diversas vertentes do fenómeno migratório e o tornam mais relevante chegam-nos através de textos escritos e de jornais televisivos, de notícias que são inseridas em programas de rádio, através dos relatos sobre muitas situações de vida que são ilustradas por imagens em apresentações curtas ou em longas reportagens. A representação que dela fazem pintores, a forma como tais factos são esculpidos na pedra, modelados em cerâmica ou em metal constituem prova da existência e da relevância dos mesmos.

Os jornais oficiais têm traduzido discussões parlamentares sobre uma e sobre a outra vertente do fenómeno; os de publicação diária referiram todo um conjunto de notícias a propósito de quem partia, o modo como eram realizadas as viagens, as explorações que muitos deles sofreram, as dificuldades dos primeiros tempos de instalação num novo país de residência, bem como os sucessos conseguidos por alguns migrantes.

Os periódicos publicados em cidades de província, de dimensão regional, personalizaram tanto as notícias como muitas das reportagens que publicaram, conferindo aos relatos produzidos maior realidade. E assim, a notícia do que foi acontecendo ao longo dos tempos foi em muitos casos responsável pelas diferentes reacções que se manifestaram por parte daqueles que não tinham saído de Portugal, em relação directa com a posição social de quem as manifestava: surpresa e admiração, revolta ou inveja em relação ao que fora conseguido. O que indignou alguns fez em muitos outros aparecer o desejo de também partir. Vontade que se avolumou e se estendeu, que se generalizou, chegando quase a trivializar-se. Foi assim que progressivamente se foram esvaziando localidades e introduzindo modificações na paisagem natural e na paisagem construída.

Da representação através do descritivo fixo e da imagem fotográfica, as migrações chegaram ao cinema, que lhes passou a imprimir movimento e animação;¹¹ posteriormente, ao vídeo e hoje em dia o tratamento digitalizado que proporcionam as novas tecnologias permite que o estabelecimento de contacto com o fenómeno migratório possibilite atingir um público muito mais alargado de interessados, que integra leitores e auditores. É este um fenómeno social que, afinal, muitos cidadãos estão convictos de conhecer, embora os caminhos que os levam a esse conhecimento sejam diferentes de pessoa para pessoa e a profundidade com que o abordam varie significativamente. As várias perspectivas em que é observado relacionam-se com a história individual de quem sobre ele fala e emite uma opinião, indo necessariamente atingir todos aqueles que com o mesmo se relacionam. O que é ou quem é referido, de uma forma pejorativa, poderá vir a atingir um público vasto e indiferenciado, nomeadamente os que possam estar ligados à emigração por eventuais relações familiares, de vizinhança ou de amizade anteriormente estabelecidas e se sentem magoados por apreciações que consideram levianas e injustas.

Exteriorizações de carácter colectivo ou individual, que ocorrem nas terras de origem dos migrantes internos ou internacionais, nem sempre dão a conhecer o modo como eram realizadas as viagens, as explorações que muitos deles sofreram, as dificuldades dos primeiros tempos de instalação num novo país de residência, mas sim os sucessos conseguidos por alguns deles.

As migrações, como fenómeno complexo e multifacetado, pela interacção transnacional que estabelecem, constituem hoje um dos factos sobre o qual recai com maior incidência o olhar político internacional. As associações de migrantes podem ser utilizadas tanto como órgãos de consulta para quem toma decisões políticas nesta área como meio de veiculação dessas decisões.

Perante a dispersão de localização dos migrantes em terras e países estrangeiros, as associações constituem espaços que oferecem grande funcionalidade para aplicação de decisões visando o inter-conhecimento e a harmonização das relações nas sociedades plurais que caracterizam o mundo de hoje.

Notas

- ¹ De entre os múltiplos estudos de natureza histórica que assinalam a presença dos galegos em Portugal refere-se os publicados por Domingos Lopo e, muito em especial, o álbum de autoria conjunta “Historia dunha Emigración Difusa. 500 anos de emigración galega a Lisboa”, amplamente ilustrado por Xan Leira.
- ² A colónia inglesa residente no Algarve, sem deixar de perder todos os hábitos de vida próprios que se manifestam no seu quotidiano, encontra-se perfeitamente inserida na vida local, mantendo as melhores relações com a população residente. Tanto as organizações de carácter informal como as associações oficialmente constituídas mantêm fins de natureza social em prol da comunidade. O espaço europeu tem permitido, inclusivamente, uma melhor circulação de cidadãos britânicos, que têm vindo a assumir importantes lugares a nível autárquico e em actividades ligadas ao comércio e ao turismo.
- ³ Apesar da política de Salazar nunca ter apoiado a deslocação dos habitantes das colónias para Portugal, o primeiro movimento relevante teve lugar por altura da grande emigração dos portugueses para a Europa. Verificou-se assim a vinda de cabo-verdianos, como mão-de-obra substituída dos que partiram deixando vagos lugares que vieram por eles a ser ocupados.
- ⁴ Sobre esta matéria vd. Rocha-Trindade, M.B. [1995].
- ⁵ De entre os muitos exemplos que poderiam ilustrar a afirmação produzida refiro alguns dos nomes atribuídos a ruas que evocam a sua presença (Rua dos Ausentes em Mira de Aire/Leiria; Avenida das Comunidades em Lisboa e no Funchal/Madeira; Rua dos Emigrantes na cidade da Praia em Santiago/Cabo Verde; os monumentos que têm vindo a ser erigidos em sua homenagem em Zedes/Carrazeda de Anciães; em Laundos/Póvoa do Varzim; na Pateira de Fermentelos/Águeda; em Sul/São Pedro do Sul; em Pampilhosa da Serra/Coimbra; em Santa Apolónia/Lisboa (Martinho, 1984; Rocha-Trindade, 1989; João, 2009).
- ⁶ Os dados referidos constam do ficheiro oficial da Divisão de Apoio Cultural e Associativismo, Direcção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, da Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas.
- ⁷ Os nomes dados a algumas das numerosas associações de portugueses no Brasil – D. Afonso Henriques, D. Nuno Álvares Pereira, Vasco da Gama, Luís de Camões, El-Rei D. Sebastião, D. Luís, D. Carlos, D. Amélia Rainha de Portugal, D. Manuel II, Gago Coutinho e Afonso Costa são exemplos significativos da tendência apontada.
- ⁸ Merecem especial atenção as comunidades portuguesas no Brasil e em França. Fundadas em tempos diferentes de emigração distinguem-se pelas características diferentes que se revestem e pelas funções próprias a cada um dos conjuntos a que pertencem. As primeiras projectam o prestígio dos seus fundadores e são delas exemplo expressivo os Gabinetes de Leitura espalhados por todo o país (Recife, Salvador da Baía, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Portalegre). As que existem em França, de carácter menos elitista, têm exercido um papel relevante na inserção dos imigrantes e mantêm visíveis ligações com Portugal através de diversas formas de expressão (geminacões, visitas culturais, ranchos folclóricos e grupos de teatro).
- ⁹ O jogo da *pétanque* foi trazido de França para Portugal pelos emigrantes no seu regresso em período de férias ou em regressos definitivos. O gosto por este jogo estendeu-se a todo o país, podendo observar-se várias competições que têm lugar em todo o território. O jogo de tabuleiro ouri, de origem africana, onde existe em vários países daquele continente, veio para Portugal trazido pelos imigrantes cabo-verdianos, sendo frequente a sua prática em espaços onde se concentram.
- ¹⁰ A disciplina de Sociologia das Migrações foi introduzida pela primeira vez em Portugal no curso de Teologia leccionado pela Universidade Católica em Lisboa. O bloco multimédia «Sociologia das Migrações» (manual, 10 videogramas, 6 audiogramas e correspondentes brochuras explicativas) foi editado pela Universidade Aberta em 1995 de forma a proporcionar o ensino a distância dessa matéria. Disciplinas com ela relacionadas integraram o Mestrado em Relações Interculturais na mesma Universidade, desde 1990.
- ¹¹ O curso anual organizado pela Cátedra UNESCO 226 sobre migrações teve como tema «La emigración en el cine» (Santiago de Compostela, 22-23 de Novembro de 2007). No âmbito do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI), encontra-se em curso um projecto de investigação que incide sobre o levantamento sistemático de todos os filmes ligados às migrações, sob a orientação dos pesquisadores Ana Paula Beja Horta e José da Silva Ribeiro, financiado pelo Observatório da Imigração do Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural.

Referências Bibliográficas

- Albuquerque, R., Ferreira, L.É. e Viegas, T. (2000), *O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório. Duas Décadas de Associativismo de Imigrantes em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Albuquerque, R. (2008), *Associativismo, Capital Social e Mobilidade. Contributos para o Estudo da Participação Associativa de Descendentes de Imigrantes Africanos Lusófonos em Portugal*, Tese de Doutoramento, Lisboa: Universidade Aberta.
- Antunes, M. (2000), *O Associativismo em Toronto: Estudo de Quatro Associações Portuguesas*, Dissertação de Mestrado, Lisboa: Universidade Aberta.
- Borge, J. H. e Lopo, D. G.(orgs.) (2009), *La Emigración en el Cine. Diversos Enfoques*, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Comissão da Câmara dos Senhores Deputados (1873), *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional
- Cunha, M.C. (1988), *Portugais de France*, Paris: Ciemi L'Harmattan.
- Durães, M. (2009), "Portugal, país de acolhimento: as comunidades estrangeiras no Noroeste (séculos XIX-XX)", in Rocha-Trindade, M.B. (org.), *Migrações. Permanências e Diversidades*, Porto: Edições Afrontamento, pp.169-185.
- Horta, A.B. (2009), "A cidade cinemática multicultural: narrativas de representação da periferia urbana em Zona J e Outros Bairros", in Rocha-Trindade, M.B.(org.), *Migrações. Permanências e Diversidades*, Porto: Edições Afrontamento, pp. 301-320.
- João, M. I. (2009), " O espontâneo e o construído nas memórias dos migrantes" in Rocha-Trindade, M.B.(org.), *Migrações. Permanências e Diversidades*, Porto: Edições Afrontamento, pp. 269-279.
- Lahon, D. (1999), *O Negro no Coração do Império. Uma Memória a Resgatar. Séculos XV-XIX*, Lisboa: Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural/Ministério da Educação.
- Leira, X. et al (2008), *Historia dunha Emigración Difusa. 500 anos de emigración galega a Lisboa*, Pontevedra: AcuairelaComunicación SLL
- Lima, M. H. (1973), *A Missão Herdada: Um Estudo sobre a Inserção do Emigrante Português*, Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: UFRJ - Museu Nacional.
- LLP(1968), *Liceu Literário Português. Cem Anos de Vida ao Serviço do Ensino e da Cultura, 1868-1968*, Rio de Janeiro: LLP.
- Martins, A. A.(1913), *Esboço Histórico do Real Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro, 1837 a 1912*, Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio de Rodrigues & Comp.
- Melo, D. e Silva, E.C. (orgs.) (2009), *Construção da Nação e Associativismo na Emigração Portuguesa*, Lisboa: ICS.
- Oliveira, C. (1956), *Três Épocas. Um Pouco de História do Liceu Literário Português*, Rio de Janeiro: LLP.
- Ribeiro, J.S. (2001), *Colá S. Jon, Oh Que Sabe, as Imagens, as Palavras Ditas e a Escrita de uma Experiência Social e Ritual*, Porto: Edições Afrontamento.
- Ribeiro, J.S. (2009), "Música e sonoridades migrantes na investigação antropológica" in Rocha-Trindade, M. B. (org.), *Migrações. Permanências e Diversidades*, Porto: Edições Afrontamento, pp.321-340.

- Rocha-Trindade, M. B. (1994), *Groupes d'Appartenance e Logiques Identitaires: les Associations Régionales à Lisbonne*, Paris : Centre Culturel Calouste Gulbenkian, pp. 109-121.
- Rocha-Trindade, M. B. (1995), "Conceitos e Tipologias", in Rocha-Trindade, M.B., *Sociologia das Migrações*, Coleção Manuais, n.º88, Lisboa: Universidade Aberta, pp. 37-39
- Rocha-Trindade, M. B. (2004), "Migrations in Portugal", *AEMI Journal*, Aalborg, pp.22-42
- Rocha-Trindade, M. B. (org.) (2009a), *Migrações. Permanências e Diversidades*, Porto: Edições Afrontamento.
- Rocha-Trindade, M. B. (2009b), *A Serra e a Cidade - O Triângulo Dourado do Regionalismo*, Lisboa: Âncora Editora.
- Rocha-Trindade, M. B e Caeiro, D. (2002), *Portugal - Brasil. Migrações e Migrantes 1850-1930*, Lisboa: Inapa.
- SA (1986), *1º Encontro Portuguesas Migrantes no Associativismo e no Jornalismo*, Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas – Centro de Estudos.
- Serrão, J. (1974), *A Emigração Portuguesa. Sondagem Histórica*, 2.ªed., Lisboa: Livros Horizonte.
- Serrão, J. et al. (1976), *Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa. Antologia*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Silva, M. B., (1998), *Filantropia e Imigração. A Caixa de Socorros D. Pedro V*, Rio de Janeiro: SPCSDPV.
- Silva, P. F. (coord.) (1977), *Fundamentos e Actualidade do Real Gabinete Português de Leitura*, Rio de Janeiro: RGPL.
- Tinhorão, J. R. (1988), *Os Negros em Portugal. Uma Presença Silenciosa*, Lisboa: Editorial Caminho.
- Vidal, F. P. (s/d), *Biografia de uma Instituição Luso-Brasileira. Subsídios para a História da Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo – 1912-1992*, São Paulo: CPCSP, pp. 45-133
- Viegas, T. (1998), *Migrações e Associativismo de Migrantes: Estudo do Caso Timorense*, Lisboa: Universidade Aberta/Fundação Oriente